

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



Direcção

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa – Presidente

António Sarmiento Gomes Mota – Vice-Presidente

Manuel Maria Simões Nunes Agria – Vice-Presidente Executivo

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Vogal

Álvaro José Barrigas do Nascimento – Vogal

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros - Vogal

Pedro Canastra de Azevedo Maia – Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

José Henrique Bastos C. Costa Pinto – Secretário

Conselho Fiscal

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente (ROC)

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vice-Presidente

Paulo Fernando Pinheiro Bandeira – Vogal

Conselho Geral

1. João Calvão da Silva (Presidente)
2. Alberto João Coraceiro de Castro
3. Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale
4. Álvaro Roque de Pinho de Bissaia Barreto
5. Banco BIC Português, S.A. (representado por Luís Fernando de Mira Amaral)
6. Banco Comercial Português, S.A. (representado por José Iglésias Soares)
7. Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por João Manuel Travassos Dias Garcia)
8. Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (representada por José Neves Adelino)
9. EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Eduardo de Almeida Catroga)
10. EDP Renováveis, S.A. (representada por João Manuel de Mello Franco)
11. Esmeralda da Silva Santos Dourado
12. Francisco Luís Murteira Nabo
13. Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina)
14. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
15. Luís Manuel Pêgo Todo Bom
16. Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
17. Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas
18. Novabase, SGPS, S.A. (representada por Rogério dos Santos Carapuça)
19. Nuno Ricardo Gaioso Jorge Ribeiro
20. REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por Rui Janes Cartaxo)
21. ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. (representada por Jorge Brito Pereira)



Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direcção submete à aprovação de V. Ex.as o Relatório das Actividades desenvolvidas pelo IPCG – Instituto Português de Corporate Governance no exercício de 2013, bem assim como as Contas relativas ao mesmo período.

1. Relatório das Actividades de 2013

Transcorrido o primeiro exercício do mandato para que esta Direcção foi nomeada, justifica-se pôr em evidência os aspectos mais relevantes do que foi a actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2013, tendo por matriz de referência o programa traçado para idêntico período e por cuja execução se comprometeu perante os associados do IPCG. Nestes termos, a apresentação das diferentes iniciativas tomadas será sistematizada em conjugação com os objectivos e propósitos enunciados e que, de seguida, se enumeram:

- Estudo, reflexão e aprofundamento de matérias relativas ao governo societário;
- Elaboração de documentos normativos e recomendatórios sobre *corporate governance*;
- Promoção do conhecimento sobre boas práticas de governo societário;
- Reforço da imagem do IPCG;
- Organização interna.

Procurar-se-á, ainda, identificar as questões tratadas que, ou transitaram de exercícios anteriores, ou terão continuidade nos seguintes, destacando, de igual modo, as que, embora devessem ter sido abordadas, por razões que também se apontam, não foi possível iniciar.

Por último, cabe-nos fazer neste ponto introdutório uma referência muito especial ao facto de o IPCG ter comemorado neste exercício 10 anos de actividade, facto da maior relevância e que marcou, com a sua chancela, muitas das acções empreendidas. E que justifica a transcrição de um pequeno parágrafo extraído do posfácio do livro "A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal" com que o Instituto assinalou esta efeméride: *"Foram 10 anos ricos de actividade em que o IPCG, sem protagonismos despropositados, procurou trilhar um percurso que contribua*



para uma sociedade mais íntegra, isto é, capaz de assumir as suas responsabilidades."

1.1. Estudo, reflexão e aprofundamento de matérias relativas ao governo societário

A convicção generalizada de que as disfunções de que padece a economia dos nossos tempos tem a sua origem no não acolhimento de boas práticas no governo societário tem levado a sociedade, em geral, e os agentes económicos, em particular, a acelerar a tomada de medidas de carácter regulatório que permitam evitar que, no futuro, se voltem a repetir os fenómenos que conduziram aos males de que, generalizadamente, ainda sofremos. Um pouco por todo o lado, surgem iniciativas que visam rever os princípios do *corporate governance* no sentido de proceder à sua actualização e modernização, agora que já é possível apontar as relações de causa e efeito que habilitem o legislador à concepção das melhores soluções para obviar em ultrapassar os males detectados.

O IPCG, como centro de reflexão privilegiado sobre *corporate governance*, tem aqui um campo muito vasto para aplicar o seu conhecimento acumulado ao longo dos dez anos que leva de existência e aprofundar as questões que, com elas conexas, possam refletir-se na melhoria do clima global vigente.

Neste sentido, foram tomadas diversas iniciativas de que se destacam:

- Constituição de um Grupo de Trabalho para se ocupar do acompanhamento da revisão dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades, contribuindo com os seus pontos de vista e pareceres para a formulação das propostas a serem presentes à comissão encarregue deste processo pela CMVM;
- Transposição para a sua agenda dos diferentes tópicos que integram o Plano de Acção da Comissão Europeia sobre o Direito das Sociedades e o Governo Societário, no sentido de o tornar compaginável com os seus programas de actividade;
- Organização, em parceria com a FAE - Fórum de Administradores de Empresas, de um seminário subordinado ao título "Governance no Sector Público Empresarial", que contou com a presença do Presidente da CReSAP que dissertou sobre o modelo de recrutamento e selecção de candidatos ao exercício de direcção superior da Administração Pública e

- de avaliação do mérito dos candidatos a gestores públicos;
- Realização conjunta com o INSEAD – Alumni Association Portugal de uma palestra sobre “Corporate Governance – Desenvolvimentos Recentes”, tendo como orador o Professor Ludo Van der Heyden que aproveitou a sua intervenção para tecer considerações sobre o novo Código de Governo das Sociedades do IPCG;
 - Participação, a convite da CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção, a funcionar junto do Tribunal de Contas, num seminário sobre a temática da corrupção; neste evento foram reforçados os elos de cooperação com o IPCG para o aprofundamento desta matéria;
 - Organização, conjuntamente com a Universidade Católica e a AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, de uma Conferência com o título “Corporate Governance em Espanha e Portugal – o que muda”, em que o IPCG pôs em destaque as linhas de força do seu Código de Governo;
 - Realização de uma Conferência sobre “Responsabilidade Social e Sustentabilidade”, presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Economia, que aproveitou o momento para lançar um desafio ao IPCG tendo em vista o desenho do modelo de governo societário da Instituição Financeira de Desenvolvimento;
 - Em parceria com a Marsh, colaboração num Pequeno-almoço Temático subordinado ao tema “O Mundo das Fusões & Aquisições e Privatizações – Riscos & Soluções”;
 - Intensificação da actividade da Comissão Jurídica, com a criação de novos grupos de trabalho para se ocuparem de matérias de inquestionável actualidade, casos das empresas familiares e do sector empresarial local; de sublinhar o trabalho desenvolvido pelo Grupo encarregue de produzir o livro comemorativo do 10.º Aniversário do IPCG.

1.2. Elaboração de documentos normativos e recomendatórios sobre *corporate governance*

Do elenco das competências do IPCG, estatutariamente consagradas, sobressai, como questão central, a reflexão e aprofundamento de questões relativas ao desenvolvimento das boas práticas no governo societário. É neste contexto que surgem diversas iniciativas que consubstanciam a crescente importância que ao *corporate governance* vem sendo atribuída como factor



decisivo na resolução de muitas das disfunções que estão na origem dos problemas com as economias modernas se vêm confrontando. Como se não bastasse já, para balizar a actividade do Instituto, o preenchimento de uma lacuna existente em Portugal materializada pela inexistência de um Código de Governo das Sociedades fundado no princípio da autorregulação, passou esta questão a constituir, de há um par de anos a esta parte, uma preocupação e um objectivo prioritário na actividade do IPCG. Daí que ela preencha, quase em exclusivo, este capítulo, sem prejuízo de outras iniciativas que, também neste domínio podem enumerar-se:

- Aprovação do Código de Governo das Sociedades do IPCG, depois de um longo e complexo percurso começado a trilhar em 2011 e que conheceu, neste exercício, o seu epílogo. Para ilustrar a dificuldade de que se revestiu esta tarefa, basta referir que, já depois da aprovação do Código, fomos confrontados com a publicação do Regulamento 4/2013 da CMVM que introduziu importantes alterações no plano normativo sobre o governo das sociedades e que forçou o Instituto a ter que proceder à revisão de algumas recomendações que constavam do seu documento inicial. Esta mudança, se veio, por um lado, acolher muitas das sugestões que, ao longo dos últimos meses, o IPCG vinha defendendo junto do regulador, em múltiplas sessões de trabalho, casos da possibilidade de escolha do Código diverso do da CMVM, do desenvolvimento de mecanismos de avaliação com forte contributo da autorregulação e da diluição progressiva do papel dos reguladores públicos no *enforcement* dos princípios do governo societário, veio, por outro, conferir nova expressão à quantidade e qualidade da informação de carácter obrigatório a prestar no Relatório de Governo, com reforço das exigências neste domínio. E não é difícil de adivinhar o clima então criado, quer por parte dos emitentes, representados pela sua Associação, quer por parte do regulador, a exigir do IPCG um esforço de concertação e conciliação entre as diversas forças em presença. Foram múltiplas as reuniões de trabalho, tanto com a CMVM, como já antes referido, como com a AEM, donde saíram recomendações de alteração do normativo já anteriormente estabilizado que, em grande maior parte tiveram o acolhimento desejado pelas partes. A par destas tarefas e tendo em vista ultimar rapidamente o novo Código, de modo a permitir que a sua adopção se pudesse verificar já em 2014, outras se configuravam como necessárias e mesmo, incontornáveis, para dar a conhecer aos seus destinatários, de facto os emitentes de valores em mercado



regulamentado, os méritos do Código do IPCG, o que foi feito em algumas reuniões bilaterais pedidas pelo Instituto e em que as diversas sensibilidades foram sendo detectadas. O público em geral também não foi esquecido e desenhou-se uma campanha a ser veiculada nos meios de comunicação para dar a conhecer a realidade do novo código e que compreendeu artigos de opinião e notícias na imprensa escrita e intervenções em diferentes canais televisivos. Esta campanha foi antecedida por uma conferência de imprensa que acolheu diversos órgãos de comunicação.

Não se pode ignorar, também, os contributos que o IPCG trouxe ao debate quando o projecto de regulamento da CMVM foi posto à discussão pública e as críticas e sugestões apresentadas, tanto no que respeita ao regulamento, como aos seus anexos. E, ainda, a participação num debate público organizado pela KPMG em que estiveram, pela primeira vez, em confronto os dois Códigos alternativos.

Por último, assinala-se a apresentação da versão em língua inglesa do Código do IPCG, a necessitar agora de revisão para acolher as alterações mais recentes.

- Em paralelo com a execução do Código de Governo das Sociedades, o IPCG, em parceria com a EsliDer, a SRS e a Cases, elaborou o Código de Governo de Entidades do Terceiro Sector, assim preenchendo mais um vazio que o importante sector da economia social de há muito vinha exigindo fosse banido.

1.3. Promoção do conhecimento sobre boas práticas do governo societário

A actividade do IPCG não pode esgotar-se na aquisição e tratamento do conhecimento sobre as matérias que respeitam às competências que lhe foram cometidas. A sua disseminação pelos agentes a quem as mesmas interessam é fundamental para que se transformem em instrumentos de melhoria global das boas práticas do governo societário e assumam papel determinante no desenvolvimento económico e social das organizações.

Neste domínio, o Instituto levou a cabo em 2013 diversas acções, de que se destacam as seguintes:

- A realização da Conferência comemorativa dos seus 10 anos de

existência, onde foram passadas em revista, com o contributo de diversos especialistas na matéria, as principais questões que interagem com o governo das sociedades; de salientar o reconhecimento, por parte do Governo, da relevância do evento, que foi presidido pelo Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, em representação do Primeiro-Ministro;

- Ainda associado ao ponto anterior, destaca-se a audiência que o Presidente da República concedeu à Direcção do IPCG e com quem foram debatidas as principais conclusões da Conferência;
- Participação activa na preparação e organização do Fórum Mundial Porto 21, centrada na temática "As Cidades e o Desenvolvimento Sustentável" e para cuja agenda o Instituto propôs a criação de uma "Plataforma Empresarial para o Desenvolvimento dos Negócios das Cidades do Futuro", apresentando um trabalho fundamentado sobre a matéria elaborado com o contributo de dois reconhecidos especialistas; de referir que o conteúdo deste trabalho foi incluído no programa oficial do evento realizado no Porto, em Abril, e objecto de apresentação pública numa das mesas que o integrou;
- Em parceria com o INDEG/ISCTE Business School, realização da 3.ª edição do Programa Anual de Desenvolvimento para Administradores não Executivos, com o propósito de oferecer aos participantes uma imagem actualizada e integrada das principais vertentes que integram a actividade destes membros dos órgãos sociais;
- Embora já mencionado noutro capítulo, reforça-se neste ponto a publicação, em parceria com a Editora Almedina, do Volume Comemorativo do X Aniversário do IPCG, subordinado ao título "A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal", cuja matriz incorpora, para além de contributos de especialistas versando temas dos últimos dez anos, precisamente os de existência do Instituto, artigos que projectam a próxima década;
- Lançamento do debate sobre a certificação de membros dos órgãos de administração e fiscalização, visando a criação de um mecanismo que promova processos de nomeação fundados no mérito e na competência, por um lado, e na adequação de perfis, experiências e competências às funções a desempenhar, por outro;
- Participação na Conferência Anual do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna "Auditoria: Tendências Futuras", onde o IPCG manifestou a sua posição face aos princípios de boas práticas do governo societário que perfilha;
- Uma nota final para assinalar que não foi ainda possível publicar o 2.º



Caderno IPCG sobre Corporate Governance, este dedicado à boas práticas dos órgãos de fiscalização das sociedades cotadas, o que contamos fazer no decurso de 2014.

1.4. Reforço da imagem do IPCG

O reconhecimento do estatuto de parceiro privilegiado para o debate das questões associadas ao governo societário e sede de reflexão e aprofundamento do conhecimento sobre esta matéria tem estado na primeira linha dos propósitos desta Direcção. E é assim, com satisfação, que vemos o IPCG crescentemente envolvido com os demais parceiros, públicos e privados, na discussão dos grandes temas que atravessam a sociedade portuguesa e a tomar parte na avaliação e discussão de soluções de política económica quando para tanto confrontado com propostas concretas e solicitações de colaboração. Para se conseguir o reforço da imagem que pretendemos que o nosso público alvo capte e atingir os objectivos traçados, tomaram-se algumas iniciativas, de entre as quais destacamos:

- A aposta na continuidade das políticas de promoção de iniciativas com forte componente social e, deste modo, a decisão de levar por diante a segunda edição do Prémio Damião de Góis, mau grado algumas dificuldades na obtenção dos indispensáveis patrocínios, mas que esperamos ultrapassar para que o processo decorra de acordo com as expectativas criadas junto dos agentes da economia do terceiro sector, que tão bem acolheram a edição anterior;
- O reforço dos laços com instituições congéneres, tanto nacionais, como sediadas em outros Estados, e com quem se celebraram protocolos que acrescentam valor à actividade do Instituto, como foi o caso da parceria celebrada com a AFP – Associação Fiscal Portuguesa, entidade de reconhecido prestígio no domínio da fiscalidade; relativamente às parcerias já em curso, apraz-nos registar o crescente envolvimento que vêm conhecendo, com particular destaque, no último ano, para as relações institucionais com a FAE – Fórum de Administradores de Empresas, o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e ECGI – European Corporate Governance Institute;
- A intensificação das acções conducentes a uma melhor percepção da imagem do IPCG junto do público, em geral, e dos agentes económicos, em particular, revendo os termos de colaboração institucional prestado

pela CV&A tendo em vista conseguir uma acrescida operacionalidade deste serviço; registamos, neste campo, uma maior visibilidade nos meios de comunicação social, quer através da publicação de artigos de opinião, quer pela presença crescente de jornalistas nos eventos organizados ao longo do ano, quer, ainda, pelas intervenções feitas em estações televisivas, com destaque para a ETV, do Grupo Económico.

1.5. Organização interna

Os limitados recursos disponíveis para fazer face aos custos da sua actividade exigem, por parte do IPCG, uma gestão muito criteriosa dos seus activos, com uma preocupação focada, essencialmente, na melhoria das operações que permitam a obtenção de ganhos de produtividade.

Sendo expectável que o novo Código de Governo venha a exigir, no futuro, uma reformulação da sua organização interna, tal não foi ainda necessário passar à prática. Não obstante, foi matéria que esteve sempre presente em termos da sua modulação, pelo que parte significativa do trabalho está já em fase adiantada de preparação.

Sem prejuízo destes desenvolvimentos, outras iniciativas foram sendo tomadas, sendo de destacar:

- Intensificação do diálogo com os seus associados, exigindo, para tanto, a criação de instrumentos que tornem a informação mais fluida e em tempo útil; nestes termos, foram introduzidas melhorias na página do IPCG na internet, de que se destaca o "IPCG – Notícias", em formato de *newsletter*, que permite aceder, em tempo real, à informação disponibilizada no site; ainda neste domínio, assinala-se a adesão à rede social LinkedIn que se torna, assim, mais um veículo de difusão das actividades do Instituto;
- Aperfeiçoamento, em permanência, da base de dados de apoio à actividade do IPCG, permitindo uma gestão mais correcta das relações internas e externas do Instituto com os interlocutores;
- Promoção, com carácter mais regular, de reuniões e encontros entre os diversos órgãos sociais para possibilitar a troca de pontos de vista sobre temas de manifesto interesse para a actividade que o IPCG desenvolve; neste contexto, assinalam-se as reuniões conjuntas do Conselho Geral e da Comissão Consultiva, tradicionalmente seguidas de um jantar; de sublinhar, ainda, as reuniões plenárias da Comissão Jurídica, que permitem coordenar de forma mais eficaz os trabalhos dos diversos Grupos temáticos;

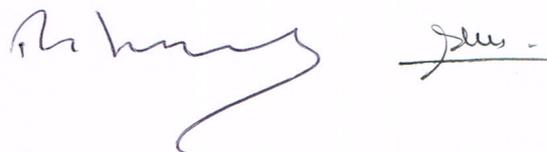
- Assinala-se, por fim, a verificação de algum movimento associativo, em termos do número de membros filiados no IPCG; de facto, não foi possível ainda neste exercício, como previsto no Programa de Actividades, aumentar o número de associados, tendo ocorrido, em 2013, onze admissões e doze renúncias.

2. Análise Financeira

- O exercício de 2013 apurou um total de receitas com origem na quotização dos seus associados de € 78.625,00, apenas marginalmente superior ao volume cobrado no exercício anterior, que se tinha cifrado em € 78.475,00;
- Ao montante da quotização acresce a quantia de € 49,69 proveniente da venda de publicações e de € 1.403,75 correspondente a juros obtidos de aplicações de excedentes de tesouraria;
- As despesas administrativas evidenciam o valor de € 78.966,61, inferior em 3,4% ao observado no ano anterior, quando avaliado em termos comparáveis;
- O resultado líquido do exercício foi negativo, registando o valor de € 7.647,77; contabilizado este saldo, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de Dezembro de 2013, a cifra de € 55.388,44, que configuram uma situação económica e financeira sólida.
- Nestes termos, propõe-se que o saldo apurado, no valor de € -7.647,77, seja deduzido ao Fundo Social.

Lisboa, 19 de Março de 2014

A Direcção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.392,69	2.021,39
Activos intangíveis	5	3.532,77	4.600,08
		4.925,46	6.621,47
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	6-11	117,46	16,51
Estado e outros entes públicos	12	1.049,86	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6-7	4.075,00	8.525,00
Diferimentos	8	2.716,30	2.023,72
Caixa e depósitos bancários	9	53.776,55	57.327,64
		61.735,17	67.892,87
Total do Activo		66.660,63	74.514,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	63.036,21	58.323,85
Resultado líquido do período	10	-7.647,77	4.712,36
Total dos Fundos patrimoniais		55.388,44	63.036,21
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	5.657,12	1.432,55
Estado e outros entes públicos	12	2.091,75	2.258,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	50,00	125,00
Outras contas a pagar	13	3.473,32	7.662,11
		11.272,19	11.478,13
Total do Passivo		11.272,19	11.478,13
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		66.660,63	74.514,34

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas
N.º 38933



A Direcção



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2013	2012
(+)	Vendas e serviços prestados	6-14	78.625,00	78.475,00
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-52.416,59	-80.630,14
(-)	Gastos com pessoal	16	-26.550,02	-23.374,02
(-/+)	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-1.325,00	8.325,00
(+)	Outros rendimentos e ganhos	17	1.093,44	38.901,97
(-)	Outros gastos e perdas	18	-4.415,66	-14.701,79
=	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-4.988,83	6.996,02
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-2.385,58	-721,23
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.374,41	6.274,79
=	Resultados antes de impostos		-7.374,41	6.274,79
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-273,36	-1.562,43
=	Resultado líquido do exercício	10	-7.647,77	4.712,36

Unidade monetária (1)

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas
N.º 38933



A Direcção



Entidade: Instituto Português de Corporate Governance

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Unidade monetária (1)

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2013	2012
(+)	Vendas e serviços prestados	6-14	78.625,00	78.475,00
=	Resultado bruto		78.625,00	78.475,00
(+)	Outros rendimentos		3.743,44	47.226,97
(-)	Gastos administrativos		-78.966,61	-104.004,16
(-)	Outros gastos		-10.776,24	-15.423,02
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.374,41	6.274,79
=	Resultados antes de impostos		-7.374,41	6.274,79
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-273,36	-1.562,43
=	Resultado líquido do exercício	10	-7.647,77	4.712,36

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas
N.º 38933



A Direcção



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundo Social	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2012	10	98.803,50	-40.479,65	58.323,85
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Aplicação de resultados de 2011		-40.479,65	40.479,65	-
		-40.479,65	40.479,65	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			4.712,36	4.712,36
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2012	10	58.323,85	4.712,36	63.036,21
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2013	10	58.323,85	4.712,36	63.036,21
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Aplicação de resultados de 2012		4.712,36	-4.712,36	-
		4.712,36	-4.712,36	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			-7.647,77	-7.647,77
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2013	10	63.036,21	-7.647,77	55.388,44

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas
N.º 38933



A Direcção



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Unidade monetária (1)

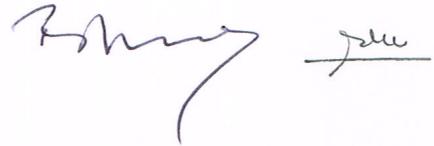
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		81.675,00	80.854,41
Pagamentos a fornecedores		-52.682,99	-84.193,68
Pagamentos ao pessoal		-24.720,80	-15.846,41
Caixa gerada pelas operações		4.271,21	-19.185,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.739,53	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		459,93	7.359,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.991,61	-11.826,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-9,99	
Activos intangíveis		-5.532,71	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-5.542,70	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3.551,09	-11.826,49
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		57.327,64	69.154,13
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		53.776,55	57.327,64

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas
N.º 38933



A Direcção



ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31.DEZEMBRO.2013

(Valores expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto), é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 1 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designado por “NCRF”) e normas interpretativas, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com as NCRF.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

c) Activos fixos tangíveis a activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 3 - VOLUME DE EMPREGO

Durante os exercícios de 2013 e 2012 o Instituto Português de Corporate Governance teve ao seu serviço um empregado administrativo.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - MOVIMENTOS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2013

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	5.504,14	7.902,72
Aquisições	9,99	679,58
Saldo final	5.514,13	8.582,30
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial	3.482,75	3.302,64
Amortizações do exercício	638,69	1.746,89
Saldo final	4.121,44	5.049,53
Activos líquidos	1.392,69	3.532,77

2012

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	4.477,16	3.136,28
Aquisições	1.176,47	4.766,44
Abates	(149,49)	-
Saldo final	5.504,14	7.902,72
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial	3.077,37	3.136,28
Amortizações do exercício	554,87	166,36
Abates	(149,49)	-
Saldo final	3.482,75	3.302,64
Activos líquidos	2.021,39	4.600,08

NOTA 6 - MOVIMENTOS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Adiantamentos a fornecedores	16,51	100,95	-	117,46
Sócios:				
. Quotas (Nota 14)	20.775,00	78.625,00	(81.750,00)	17.650,00
	20.791,51	78.725,95	(81.750,00)	17.767,46

Em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Outros	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes	26,80	58,63	(85,43)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9,32	7,19	-	-	16,51
Sócios:					
. Quotas (Nota 14)	23.040,00	78.475,00	(80.740,00)	-	20.775,00
Estado e outros entes públicos	118,53	-	-	(118,53)	-
	23.194,65	78.540,82	(80.825,43)	(118,53)	20.791,51

O aumento na rubrica de Sócios em 2012 corresponde às quotas de associados emitidas no exercício, donativos e patrocínios, reconhecidas como rendimentos do ano.

A rubrica de “Sócios” pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2013	2012
Jóias e quotas:		
. Ano 2007	1.650,00	1.950,00
. Ano 2008	1.800,00	2.675,00
. Ano 2009	2.175,00	2.775,00
. Ano 2010	3.300,00	4.075,00
. Ano 2011	3.100,00	3.650,00
. Ano 2012	2.550,00	5.650,00
. Ano 2013	3.075,00	-
	17.650,00	20.775,00
Imparidade acumulada	(13.575,00)	(12.250,00)
Total	4.075,00	8.525,00

As jóias e quotas relativas ao ano de 2013 e 2012 no valor de 3.075 Euros e 5.650 Euros, incluem 50 euros e 125 euros, respectivamente, relativos a adiantamentos de sócios por conta de quotas futuras.

NOTA 7 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 13.575,00 Euros e 12.250,00 Euros, respectivamente, considerando a antiguidade das quotas em dívida, tal como segue:

Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2013:

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Redução	
2007	1.950,00	-	(300,00)	1.650,00
2008	2.600,00	-	(800,00)	1.800,00
2009	2.575,00	75,00	(550,00)	2.100,00
2010	2.575,00	1.050,00	(550,00)	3.075,00
2011	2.000,00	800,00	(400,00)	2.400,00
2012	550,00	800,00	(50,00)	1.300,00
2013	-	1.250,00	-	1.250,00
TOTAL	12.250,00	3.975,00	(2.650,00)	13.575,00

Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2012:

Anos	Saldo Inicial	Movimento			Saldo Final
		Reforço	Redução	Regularização	
2005	3.525,00	-	(3.450,00)	(75,00)	-
2006	3.750,00	-	(3.750,00)	-	-
2007	3.375,00	-	(1.425,00)	-	1.950,00
2008	3.000,00	-	(400,00)	-	2.600,00
2009	2.925,00	-	(350,00)	-	2.575,00
2010	2.275,00	300,00	-	-	2.575,00
2011	1.800,00	200,00	-	-	2.000,00
2012	-	550,00	-	-	550,00
TOTAL	20.650,00	1.050,00	(9.375,00)	(75,00)	12.250,00

NOTA 8 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Rendas e alugueres	1.678,92	1.625,86
Serviços especializados	316,73	316,73
Seguros	28,77	81,13
Conservação e reparação	691,88	-
TOTAL ACTIVO	2.716,30	2.023,72

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Caixa	123,43	176,77
Depósitos à ordem	8.653,12	7.150,87
Depósitos a prazo	45.000,00	50.000,00
Total dos depósitos bancários	53.776,55	57.150,87
TOTAL	53.776,55	57.327,64

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a dois depósitos a prazo contratados junto do Millenniumbcp nos montantes de 30.000,00 Euros e 15.000,00 Euros, remunerados às taxas de juro anual de 2,25% e 1,5%, respectivamente, sendo os seus vencimentos em Janeiro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2012, o depósito a prazo em vigor contratado junto do Millennium bcp, é remunerado a uma taxa de juro anual de 2,5%, sendo o seu vencimento em 20 de Janeiro de 2013.

NOTA 10 - FUNDO SOCIAL

O movimento no fundo social é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	(9.128,22)
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	(40.479,65)
Constituído no Exercício de 2012	4.712,36
Total dos Fundos patrimoniais	63.036,21
Resultado líquido de 2013	(7.647,77)
	55.388,44

NOTA 11 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
CTT Correios Portugal	117,46	16,51
TOTAL VALORES ACTIVOS	117,46	16,51
Edições Almedina, S.A.	3.879,76	-
Readsystem, Lda.	691,88	17,43
Cunha Vaz & Associados	615,00	335,79
Angulo Sólido Serviços	316,73	615,00
Simbolomania – Artes Gráficas, Lda.	147,60	147,60
Nestlé Waters	6,15	316,73
TOTAL VALORES PASSIVOS	5.657,12	1.432,55

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Pagamentos por conta	1.062,27	-
Retenções na fonte	260,95	-
IRC Autoliquidação	(273,36)	-
TOTAL ACTIVO	(1.049,86)	-

Descrição	2013	2012
Retenção IRS Trabalho Independente	75,00	-
Retenção IRS Trabalho Dependente	783,00	136,00
Retenção IRS Prediais	347,89	336,58
IVA - a pagar	0,26	1,86
IRC - Autoliquidação	-	1.416,31
Contribuições Segurança Social	885,60	367,72
TOTAL PASSIVO	2.091,75	2.258,47

NOTA 13 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Fornecedores de investimentos	-	4.853,13
Outros custos a pagar (Nota 16)	3.473,32	2.808,98
TOTAL	3.473,32	7.662,11

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Fornecedores de investimentos” corresponde aos valores em dívida aos fornecedores de imobilizado.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Quotizações (Nota 6)	78.625,00	78.475,00
TOTAL	78.625,00	78.475,00

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Trabalhos especializados:		
Cunha Vaz & Associados	7.859,70	9.717,12
Edições Almedina, S.A.	3.879,76	-
Ângulo Sólido Serviços	3.800,76	4.508,01
Check People Staff, Lda.	424,35	-
Conta-T - Consultores	-	4.115,58
N Imagens Eventos	-	270,60
Estudos Terceiros	-	22.240,00
Sbg Sistemas	-	526,44
	12,50	56,25
Vigilância e Segurança		
Honorários:		
Filipe Costa	1.220,00	-
Hélder Pinhão	1.200,00	-
Mariana Falcão	327,44	-
Marco Gomes Binã	-	11.250,07
Carla Alexandra Damas	-	232,23
Traian Voinu	-	2.359,00
Conservação e Reparação	610,39	129,15
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	9.781,52	-
Livros e Documentação Técnica	18,00	-
Material de Escritório	1.089,70	1.414,00
Águas	-	110,68
Deslocações, Estadas e Transportes	698,01	6.784,22
Rendas e Alugueres	19.722,58	14.674,68
Comunicação:		
Telefone	789,14	1.097,11
Correio	424,02	564,85
Rede Móvel	20,00	-
Limpeza, Higiene e Conforto	262,12	268,96
Outros Serviços	276,60	311,19
TOTAL	52.416,59	80.630,14

O aumento na rubrica de “Rendas e Alugueres” em 2013 corresponde à ampliação da área correspondente às instalações da sede do Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Estudos Terceiros” corresponde aos serviços prestados pela Mybrand - Consultores de Negócios e Marketing, S.A. na elaboração do Mybrand Reputation Index, no montante de 22.240,00 Euros, nos termos da Cláusula 5.ª do Protocolo celebrado entre o Instituto e aquela consultora.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Remunerações	17.980,12	15.889,16
Encargos patronais para a Segurança Social	3.875,40	3.400,30
Seguro para Acidentes de Trabalho	247,62	86,48
Subsídios de refeição	973,56	1.189,10
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	3.473,32	2.808,98
TOTAL	26.550,02	23.374,02

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Vendas Publicações	49,69	62,61
Patrocínios	-	27.500,00
Prémio Damião Góis	-	10.000,00
Correcções de exercícios anteriores	-	754,88
Juros obtidos de depósitos	1.043,75	584,48
TOTAL	1.093,44	38.901,97

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Patrocínios” corresponde ao valor recebido dos associados REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Banco Comercial Português, S.A. e Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. para financiar o custo do “Estudo de Reputação” efectuado pela MyBrand Consultores de Negócios e Marketing, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Prémio Damião de Góis” corresponde ao valor recebido da Embaixada do Reino dos Países Baixos, no montante de 10.000,00 Euros, equivalente ao valor pecuniário do Prémio, atribuído como subsídio por aquela entidade nos termos da parceria estabelecida com o Instituto.

NOTA 18 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Multas e Penalidades	1.743,75	-
Impostos	631,91	1.980,09
Donativos	40,00	10.000,00
Descontos concedidos	-	11,15
Dívidas incobráveis	-	117,85
Correcções de exercícios anteriores	-	592,70
TOTAL	4.415,66	14.701,79

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante apresentado na rubrica de “Multas e Penalidades” é relativo a coimas aplicadas pelo Instituto da Segurança Social, I.P., por entrega de declarações de remunerações referentes ao período de Março a Agosto de 2011 fora do prazo legal.

Em 2012, o montante apresentado na rubrica de “Correcções de exercícios anteriores”, inclui o valor de 325,00 Euros por anulação de quotas de associados relativas a anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Donativos - Prémio Góis” é relativo ao valor pecuniário do Prémio Damião de Góis atribuído à entidade vencedora nos termos do Regulamento respectivo.

NOTA 19 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direcção em 21 de Fevereiro de 2014.

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2013, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Lisboa, 19 de Março de 2014

Técnico Oficial de Contas



A Direcção

